



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150800 - MG (2021/0232377-0)

**RELATOR** : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**

**RECORRENTE** : DAWITSON SANTOS FERNANDES (PRESO)

**ADVOGADOS** : JONATHAN DE SOUZA VIEIRA - MG158201  
JOSADAQUE GONCALVES COELHO - MG184275

**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CORRÉU** : WILLIAN PEREIRA DE SOUZA

**CORRÉU** : JOUBERT FERREIRA DE JESUS

**CORRÉU** : GLEIDSON DOS SANTOS FERREIRA

**CORRÉU** : ANDERSON MACHADO RAMOS

**CORRÉU** : JORDIANO APARECIDO BARBOSA

**CORRÉU** : RODRIGO RODRIGUES CASTRO

**CORRÉU** : ANTONIO CARLOS FERREIRA DE SOUSA

**CORRÉU** : ANDERSON MENDES MIRANDA

**CORRÉU** : MARCELO FERNANDES MATOS

**CORRÉU** : GISLANE VIANA

**CORRÉU** : GUSTAVO MATOS ORNELAS

**CORRÉU** : NATANAEL MOURA DE SOUZA

**CORRÉU** : DOUGLAS PEDROSA BRITO

**CORRÉU** : IGOR CARDOSO ROSA

**CORRÉU** : DEIVSON RODRIGUES NASCIMENTO

**CORRÉU** : LUCAS TELES DO NASCIMENTO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DAWITSON SANTOS FERNANDES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.106610-5/000).

O recorrente foi preso preventivamente por suposta prática do delito descrito no art. 35, c/c art. 40, VI, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o recorrente a ilegalidade da prisão preventiva, em virtude da carência de fundamentação idônea para sua decretação, porquanto estariam ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta, ainda, a ausência de contemporaneidade entre a data do decreto prisional e dos fatos que ensejaram a segregação cautelar; a adoção de medida mais gravosa que a eventual, remota e hipotética condenação; a inexistência dos requisitos para a decretação da preventiva; e a presença dos requisitos para a concessão da liberdade provisória.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação ou o relaxamento da custódia cautelar, com a aplicação de medidas cautelares alternativas, caso se entenda necessárias.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, constata-se, em uma análise preliminar dos autos, que a manutenção da prisão do recorrente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ fls. 421-426):

*Verifica-se que a douta autoridade ora apontada coatora decretou a segregação preventiva do agente, com fulcro na representação da Autoridade Policial, no pleito do Ministério Público pelo deferimento da custódia cautelar e na presença dos requisitos autorizadores previstos pelo art. 312 do Código Processual Penal, em especial a ordem pública, bem como diante da existência de indícios de autoria e de materialidade do crime. In verbis:*

*(...)*

*Infere-se, portanto, ao contrário do que defende os impetrantes, a manutenção da prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada a bem da garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, de modo que o agente não sofre quaisquer constrangimentos ilegais. Isso porque, nos termos do disposto no art. 313, inciso I, do Código de Processo Penal, presentes os requisitos previstos no art. 312 do mesmo diploma legal, admite-se a prisão cautelar quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, conforme ocorre no caso em análise.*

*Nessa perspectiva, nas lições de Nestor Távora, ordem pública compreende-se pela tranquilidade e paz no seio da sociedade. Portanto, havendo iminente risco de que o paciente possa colocar em risco a serenidade social, é legítima a segregação preventiva com o fundamento da preservação da ordem pública.*

*(...)*

*Não obstante, ante a gravidade dos fatos, as medidas cautelares alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, não se mostram suficientes e adequadas à prevenção e à repressão dos crimes imputados ao paciente, razão pela qual deixo de aplicá-las.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência